

A relevância das cotas raciais como ferramenta de transformação da realidade social da população negra brasileira

Gracielle da Costa Silva¹

Resumo: Esse artigo traça um panorama geral da trajetória do Movimento Negro no Brasil e das suas estratégias de luta contra o racismo na sociedade brasileira. Discute o papel deste movimento nas políticas de inclusão social por parte da população negra. Ao pensar sobre essas ações, parte-se do pressuposto que este movimento social, através de sua luta e ações políticas, traz a tona a sua própria identidade, ao mesmo tempo em que faz conhecer as desigualdades oriundas da exclusão social sofrida pela população negra no país. Na luta por incluir-se no campo educacional, busca sua emancipação social. As cotas raciais seriam de fundamental importância nesse processo de inclusão, já que viabilizam o acesso a uma educação de nível superior, e conseqüentemente uma melhor preparação para o mercado de trabalho. O conceito de raça, empregado aqui, baseia-se na reflexão de estudos pós-coloniais, cuja centralidade tem sua origem em países ocidentais. Discute-se como tais relações de poder vem sendo mantidas na modernidade inclusive no campo educacional. **Palavras-Chave:** movimento negro; cotas raciais; identidade; inclusão social; políticas afirmativas

Abstract: This article provides an overview of the history of the Black Movement in Brazil and their strategies to combat racism in Brazilian society. Discusses the role of this movement in social inclusion policies by the black population. When thinking about these actions, we start from the assumption that this social movement, through their struggle and political action, brings out its own identity while making know the inequalities arising from the social exclusion experienced by the black population in the country. In the struggle to include in the educational field, seeks their social emancipation. Racial quotas would be of fundamental importance in this process of inclusion, since they enable access to a higher education, and consequently a better preparation for the labor market. The concept of race used here, is based on the reflection of post colonial studies, whose centrality has its origin in western countries. It discusses how such power relations have been kept in modernity even in the educational field. **Keywords:** black movement; racial quotas; identity; social inclusion; affirmative policies

O impacto causado pelos movimentos negros no Brasil serviu para denunciar o racismo e forçar o reconhecimento de que ele é parte estruturante da sociedade brasileira. Os movimentos coletivos que visam promover transformações na ordem social vigente aglutinam indivíduos com ideias e pensamentos diferentes em prol de um objetivo comum, dessa coletividade podem resultar em identidades coletivas duradouras. Para compreender a práxis de um movimento social ou grupo étnico, faz-se necessário compreender como esse coletivo é capaz de singularizar os pensamentos

¹É graduada em Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande. Mestranda em Antropologia Social na Universidade Federal de Pernambuco. gracycostasilva@hotmail.com

possibilitando a criação de novos códigos que se impõem sobre o coletivo, códigos estes que rompem com a ordem vigente, ao mesmo tempo em que constituem outra ordem em que as diferenças são suprimidas em prol da causa comum/maior. O movimento negro é composto de elementos de assimilação coletiva, ao passo que consegue manter a liberdade e a singularidade de todos os envolvidos. Deixo então de ser um ser sozinho e individual para ser um comunitário e social.

Militar em coletividade é estabelecer inúmeras relações necessárias à sobrevivência. A militância é mediada por signos de libertação. Assim, o que motiva a luta afrodescendente é um processo de inclusão ao invés da exclusão, a solidariedade ao invés do egocentrismo. A identidade dos envolvidos no processo é celebrada e é, ao mesmo tempo, uma arma ideológica na disputa pelo poder, e uma disputa política pela universalização dos seus direitos enquanto cidadãos. Como afirma Oliveira

“A identidade negra foi assim colorida e repintada nas cores da tradição afro-brasileira. identidade que se firma como projeto político e como construção cultural. Identidade que é, ao mesmo tempo, resgate e criação. Impiedade e alteridade. A contínua construção da identidade afrodescendente é uma necessidade da experiência da forma cultural afro-brasileira (Oliveira, 2006:136)”.

A identidade funciona então como uma representação social que denomina as relações do homem com o meio na qual está inserido. O conjunto dessas representações relacionadas à identidade de uma maneira geral influenciam no jogo das representações políticas. A busca dessa identidade cultural estaria então atrelada à organização política do movimento. Seria o reconhecimento do fato de ser negro e da aceitação da sua história enquanto tal. Seria ter consciência de que sofre com o racismo neste país. É assim que fica perceptível que a consciência negra é um fator determinante para o engajamento da militância dentro do movimento. O movimento negro teria, portanto, com uma de suas principais funções estimular o despertar dessa consciência negra.

Acredito que a identidade é capaz de assegurar a unidade de um grupo, o que pode vir a funcionar como arma política, o que seria, a meu ver, uma das várias reivindicações feitas pelo grupo, através dessa militância. A população negra no Brasil levanta-se através de uma conquista política em meio a uma disputa por poder. Na busca de se estabelecer nestes espaços, símbolos são reivindicados, ressaltados e mesmo reproduzidos. Acredito que cada grupo se identifica com símbolos diferentes, é isso que os leva a caminhos diferentes, mesmo que carreguem em sua essência um objetivo em comum, que é a luta contra o racismo e a discriminação.

Apoiando-me em Barth (1998), compreendo que a identidade dos grupos é sempre uma construção, que passa por mudanças ao longo do tempo, o que implica dizer que a identidade dos mesmos é construída a partir das relações sociais. Ou seja, a cultura é um processo dinâmico que se constitui através das interações, por isso mesmo é fundamental atender para os processos de interação a constituição e manutenção das fronteiras étnicas.

O papel dos movimentos sociais na luta pelas desigualdades sociais e econômicas

De acordo com Maria da Glória Gohn em *Teoria dos Movimentos Sociais* (1997), os movimentos sociais são ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas das quais a população se utiliza para se organizar e expressar suas demandas. Do ponto de vista da ação, as estratégias variam conforme a realidade na qual os atores sociais estão inseridos. Para ela, uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é que os mesmos são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Ela afirma que estes movimentos não são fatos isolados, mas de caráter político-social. Por isso, devem ser analisados conforme o contexto social e econômico no qual estão inseridos. Desta forma, os movimentos representam forças sociais organizadas que tem a capacidade de aglutinar as pessoas como campo de atividades e experimentação social.

Os movimentos apontam para a realidade social construindo propostas de transformações, bem como ações coletivas que visam lutar pela inclusão social. Esses movimentos têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas e criam identidades para grupos outrora dispersos. Ao mesmo tempo em que concretizam as ações, despertam em seus participantes sentimentos de pertencimento social.

Gohn (1997) explica que, historicamente esses movimentos têm contribuído sobremaneira para organizar e conscientizar a sociedade, já que apresentam conjuntos de demandas através de pressões e mobilizações. Ela explica também que esses movimentos não são só reativa, movidos apenas pelas necessidades, mas que podem surgir e se desenvolverem pela reflexão sobre sua própria experiência. Lutam pela sustentabilidade visando à construção de uma sociedade democrática, bem como por novas culturas políticas de inclusão. Lutam também pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas com a finalidade de construir a própria identidade dos movimentos. Há

uma intensa busca pela justiça social e pela liberdade em forma de autonomia e da constituição do sujeito coletivo. É desta forma que os movimentos sociais tem a capacidade de redefinirem a esfera pública, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais.

Gohn (1997) aponta que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, através de demandas e pressões organizadas, para a conquista de uma série de direitos sociais que tornaram leis na nova Constituição Federal de 1988. A partir de 1990, no Brasil, ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas, a exemplo dos Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular etc. Através da luta política foram criados grupos de mulheres que buscavam a conscientização de seus direitos formando frentes de lutas contra as discriminações. O movimento dos homossexuais também foi para as ruas, organizando passeatas, atos de protestos marchas que acontecem anualmente. Em uma sociedade machista e patriarcal isso é uma novidade histórica.

Outro movimento que ganhou outros contornos foi o movimento negro, pois deixou de ser apenas um movimento de manifestações culturais para ser, sobretudo, movimento de construção de identidade e luta contra a discriminação racial. Os movimentos sociais mobilizam seus membros de forma defensiva e ofensiva contra uma injustiça entendida através de um sentido moral que lhes foi compartilhado. Os movimentos sociais não somente lutam contra essas ditas injustiças, mas e ao mesmo tempo, à medida que lutam, reafirmam a identidade das pessoas ativas no movimento. Os movimentos sociais na atualidade têm muitas das vezes, o papel de denunciar essas injustiças. Por isso mesmo tornam-se dependentes da opinião pública, considerando que é necessário que a sociedade manifeste o conhecimento da ação. É preciso que se discuta e debata o que se está reivindicando, reclamando ou denunciando, para que a ação coletiva possa atingir reconhecimento desejado, ganhando assim a legitimidade social. Franke Fuentes (1989) afirma que apesar de sua natureza defensiva, de suas limitações e de suas relações com o Estado, os movimentos sociais são agentes importantes de transformação social, pois os movimentos sociais preenchem espaços nos quais o Estado e outras instituições sociais e culturais não são capazes ou não tem interesse de fazê-lo. Entram em espaços onde não existem instituições, ou mesmo

quando estas vão contra os interesses da população. Deste modo, os movimentos sociais são inovadores no social, no cultural e em vários outros aspectos.

Ao argumentar sobre marxismo e movimentos sociais Andréia Galvão (2008) afirma que os conflitos sociais manifestam-se de diferentes formas, em diferentes níveis e abordam conteúdos distintos. Eles são a manifestação de contradições estruturais. É possível pensar nas diferentes formas e objetivos de mobilização coletiva, dentre elas estão à luta por reformas econômicas, tais como a distribuição de renda; a reforma das instituições políticas, como mais participação, democratização; ampliação da cidadania e preservação; ampliação de direitos sociais e mudanças das práticas e dos valores sociais, a exemplo das novas relações de gênero, raciais, de preferência sexual, dentre outros. Assim, os movimentos sociais são portadores de um desafio político, será então definido por sua capacidade de modificar o sistema socioeconômico no qual surgiu. Desta forma, segundo Galvão (2008), o motivo das lutas dos movimentos sociais não pode mais ser definido apenas pela exploração, mas por estarem inseridos em uma sociedade capitalista, sexista, patriarcal e racista. Podemos compreender que os movimentos sociais não são apenas uma reação a diferentes formas de dominação e opressão. A luta da mulher, do negro, do índio tem características específicas, mesmo em uma sociedade capitalista.

Gonh (1997) afirma que no novo milênio inclusão social passa a fazer parte das exigências dos movimentos sociais. As ações se traduzem em responsabilidade social, compromisso social, empoderamento, protagonismo social, economia social, capital social, dentre outros aspectos. Os movimentos sociais aparecem, então, como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural em busca de democratização social visando uma mudança cultural de longa duração no seio da sociedade civil. No Brasil, uma significativa parte desses militantes tem chegado às universidades, aos cursos de pós-graduação, ocupando posições como professores e pesquisadores nas universidades na área de ciências humanas. Teses e dissertações vêm sendo produzidas por esses militantes, que ao mesmo tempo são ativistas e pesquisadores. Muitas dessas teses e dissertações foram inspiradas ou é parte das histórias que eles próprios vivenciaram.

Os movimentos negros no Brasil

Como diria Abdias do Nascimento, não existe o Brasil sem o africano, nem existe o africano no Brasil sem o seu protagonismo de luta antiescravista e antirracista. Amilcar Pereira (2013) cita Regina Pinto para explicar que a própria expressão

“Movimento Negro” teria surgido em 1934, num texto publicado no jornal A Voz da Raça, que era o órgão de divulgação da Frente Negra Brasileira. No entanto, a expressão passou a ser utilizada de forma recorrente pelos militantes que se engajaram na luta antirracista a partir da década de 1970. A tradição da luta antirracista, composta por diferentes tipos de organizações políticas e culturais em vários setores da população negra brasileira desde o final do Século XIX, foi importante para o surgimento do movimento negro contemporâneo no Brasil, no início da década de 1970, mesmo em plena ditadura militar. A oposição ao chamado “mito da democracia racial” e a construção de identidades político-culturais negras foram à base para a articulação das primeiras organizações desse movimento contemporâneo. Há aqui uma busca pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil.

Uma vez desperta a consciência de negritude, os ativistas redescobrem os significados políticos das memórias da escravidão (Oliveira, 2006). Até agora vimos que um movimento social pode ser descrito como um grupo minimamente organizado que pode possuir ou não uma liderança, mas que possuem objetivos em comum tendo por base uma mesma doutrina, valores e ideologia cuja finalidade principal é a mudança social. O Movimento Negro se constrói à medida que luta para resolver questões na sociedade em que se encontra. Problemas estes que são provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais que os marginalizam, quer seja no mercado de trabalho, na educação escolar, e também no que se refere aos aspectos políticos, sociais e culturais. A raça seria aqui um fator determinante para uma construção política e social. “É uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão - ou seja, o racismo” (Hall apud Pereira, 2003, p. 69). O movimento negro organizado seria um movimento social cuja atuação tem como característica particular a questão racial. Não tem uma formação simples, mas complexa, já que engloba um conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam, não só contra o racismo, mas a favor de melhores condições de vida para a população negra, quer seja através de práticas culturais, estratégias políticas e mesmo políticas educacionais.

É através de protestos, negociações e mobilizações que o movimento negro vem dialogando com os poderes públicos e com a própria sociedade brasileira ao longo das décadas. A trajetória desse movimento caracteriza-se pela elaboração e reelaboração de estratégias de lutas que visam a integração do negro e desarraigamento do racismo na

sociedade brasileira. A luta do movimento negro no combate a estas formas de discriminação é parte da própria história e da construção da sociedade brasileira. A luta contra o racismo e a busca pelo conhecimento em relação às histórias dos diferentes grupos que formam a sociedade brasileira têm se tornado uma questão política fundamental ao se pensar na construção de uma sociedade de fato democrática.

Movimento negro contemporâneo

Por mais de trezentos anos, o sistema econômico brasileiro foi sustentado pela mão-de-obra escrava, através dos africanos que foram trazidos para o Brasil. Não se pode negar que a mobilização dos escravos, em várias regiões do país, incitando revoltas, fugas e formando quilombos, teve uma importante influência na adesão dos próprios intelectuais e economistas da época à campanha pró-abolição. Após várias pressões políticas e longas campanhas abolicionistas, em 1888 a Lei Áurea foi assinada pela Princesa Isabel, pondo fim oficial ao regime de escravidão. Um ano após a abolição da escravatura, foi proclamada a República no Brasil, em 1889. O novo sistema político, no entanto, não assegurou os direitos materiais e simbólicos da população negra levando esta população à margem da sociedade no sentido cultural, político-educacional e socioeconômico. As doutrinas pautadas no racismo científico vigoravam na época. A fim de reverter esse quadro, os ex-escravizados e seus descendentes criaram movimentos de mobilização racial negra no Brasil, o que resultou na criação de dezenas de grupos por todo território brasileiro.

Esperava-se que com o fim da escravidão no Brasil, o negro agora seria reconhecido socialmente. Mas muito pelo contrário, os mesmos passaram a ser acusados de ser responsável pelo atraso social e econômico do Brasil. A vinda de imigrantes europeus para o país teve muitos impactos na economia e no meio social como um todo, tendo em vista que vendiam sua mão-de-obra, ao passo que visavam garantir a composição étnica da população do país, a fim de “embranquecer” a população brasileira, extinguindo assim, de uma vez por todas os negros do nosso país. Isso evidencia como os afro-descendentes eram uma parcela indesejada da população. Afastados do mercado de trabalho e privados da oportunidade de estudar, os negros são, em consequência disso, colocados à margem da sociedade.

No decorrer dos anos, depois do processo de “exclusão” social, os negros procuram, através de algumas entidades e imprensa própria, um caminho para alterar sua imagem, e autoimagem e, além disso, lutar contra o alargamento dos lugares

inferiorizantes a eles destinados pela estrutura social. Através da busca por ascensão e reconhecimento, era como que se tacitamente afirmassem, “eu também construí essa nação”. A partir dos primeiros indícios de “Movimentos Negros” que emergiram no país, surge a reivindicação de uma identidade através dos eventos e mecanismos de ação. Os traços físicos e culturais que antes eram rejeitados e reprimidos por não se encaixarem nos padrões de beleza local e europeu, ganham ressignificação, passando a ser assumidos como marcas da identidade afro. Tais elementos servem como ponto de partida para um discurso de inserção do grupo na construção de uma identidade nacional heterogênea. A auto-representação é fundamental na participação atuante do afro brasileiro, já que as práticas econômicas e/ou culturais dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para que o seu próprio mundo ganhe sentido.

Até o início do século XX, em muitos países, predominavam teorias raciais que afirmavam que a raça era determinada biologicamente, e que era a raça que determinava as diferenças culturais e intelectuais, deste modo uma raça podia ser vista como superior e a outra inferior, sendo a raça negra o principal alvo de discriminações. Como afirma um dos fundadores do Jornal *O Clarim d’Alvorada* (1924), da *FNB* (1931) e do *Clube Negro de Cultura Social* (1923), José Correia Leite: “Houve um tempo em que muita gente dizia que a nossa luta não tinha razão de ser porque o negro ia desaparecer. Foi uma ideia gerada por estudiosos”, (Leite, 1992, p. 21).

Em meados da década de 1950, Florestan Fernandes destaca-se como um importante intelectual na área de ciências sociais no Brasil. Foi um dos primeiros intelectuais a denunciar a existência das desigualdades raciais no Brasil, opondo-se a ideia de que o país vivia em uma democracia racial, ao negar essa ideia acaba por cunhar o termo “mito da democracia racial”. O combate à discriminação racial e a denuncia ao mito da democracia racial buscam a afirmação de uma identidade racial negra positivada, por isso mesmo são estas as principais características do movimento negro contemporâneo na década de 1970. A assunção da negritude como ideologia pode ser vista entre os negros como um modo de afirmação e legitimação que pode servir como ponto de integração em uma sociedade que mantém uma escala hierárquica que está para além do social, mas que tem a ver também com a cor da pele. A denúncia do “mito da democracia racial” como um elemento fundamental para a constituição do movimento evoca uma valorização da cultura, política e identidade negras, provocando assim uma revisão do papel do negro na formação da sociedade brasileira.

O MNU - Movimento Negro Unificado traz uma nova perspectiva para a questão racial pois, pela primeira vez, articula os temas raça e classe, trazendo assim um nível de politização maior situando o movimento em uma perspectiva mais de esquerda. A partir de 1980 são traçadas novas estratégias de atuação. Havia ativistas negros em vários estados que buscavam espaços de interlocução com os poderes públicos. Os setores mais radicais do movimento consideravam que o movimento deveria lutar contra o racismo sem vinculação com partidos políticos e com o Estado. A criação do *Conselho de Participação e desenvolvimento da Comunidade Negra* criado em 1983 é um exemplo de uma articulação entre movimento negro e Estado. Porém articulação entre movimento negro e Estado foi importante para que as diferentes instâncias do movimento negro fossem contempladas. Em 1986 ocorreu a Convenção Nacional “O negro e a constituinte”, organizada pelo MNU, considerado como um importante evento para o movimento negro naquela época, pois foi nesse congresso que surgiram as propostas de criminalização do racismo e da regulamentação das terras de quilombos. Na Constituição de 1988, reconhece-se a propriedade definitiva das terras de quilombos. Do mesmo modo, outra importante determinação da Constituição de 1988 foi a criminalização do racismo como crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão. Foram importantes conquistas, por meios legislativos, conseguidas através da luta do movimento negro.

A partir de então se entendia que a luta antirracista no Brasil deveria estar inserida em uma articulação de gênero, classe e raça. Um importante marco ligado ao início da luta pelas ações afirmativas no Brasil na década de 1990 foi a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela cidadania e a Vida, ocorrida em 20 de novembro de 1995 em comemoração aos 300 anos da morte de Zumbi. Nesta marcha foi entregue um documento ao então presidente Fernando Henrique Cardoso com proposições tais como: desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros a cursos profissionalizantes à universidade e às áreas de tecnologias de ponta. Em 1996, durante o seminário internacional “Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa dos Estados democráticos contemporâneos”, o então presidente Fernando Henrique Cardoso reconhece publicamente a existência de racismo no país. Refletiu sobre a necessidade de se criar políticas de combate às discriminações. Em nove de janeiro de 2003 é assinada pelo presidente Lula a lei que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio,

públicos e privados. A partir daí, o movimento negro passa a intervir no terreno educacional propondo a revisão dos conteúdos considerados preconceituosos dos livros didáticos. A capacitação de professores para que pudessem desenvolver uma pedagogia interétnica, na reavaliação do papel do negro na história do Brasil que resultou na inserção do ensino da história da África nos currículos escolares.

Cotas raciais e inclusão social

Em seu ensaio sobre a nova mercantilização da cultura negra, Lívio Sansone (2000) explica que durante muito tempo a maioria dos negros não tinha acesso ao consumo, principalmente os escravos. Proibições e restrições em relação ao consumo tinham o objetivo de desumanizar e a marcar a exclusão social e econômica sofrida por esses indivíduos. Nos dias atuais, vivemos em uma sociedade capitalista na qual o acesso ao consumo produz *status* e reconhecimento social, já que os direitos e a cidadania estão ainda relacionados com o acesso ao consumo. Sansone (2000) explica ainda que o consumo poderia funcionar como um marcador étnico de ascensão social, além de ser também uma forma de oposição à opressão. Esse processo nos permite pensar quais as estratégias de que a população negra tem traçado na busca por alcançar esse reconhecimento e como ocorre a inserção nessa sociedade capitalista, na qual o consumo é um demarcador social.

Com o advento da modernidade, a inserção do negro no mercado de trabalho trouxe diferentes expectativas para essa população socialmente excluída. A partir da década de 1990, o acesso ao ensino de nível superior traz também novas perspectivas de ascensão social para esta mesma população. A luta pelo acesso aos cursos de nível superior em universidades públicas tornou-se palco de luta do movimento negro contemporâneo brasileiro na busca de reconhecimento intelectual, acesso qualificado ao mercado de trabalho, igualdade de direitos e acesso a educação. O acesso ao ensino superior através das cotas raciais é alvo de discussão dentro dos vários movimentos negros no país e também entre os intelectuais acadêmicos.

Em seu texto *Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: Algumas Reflexões Sobre a Realidade Brasileira*, Nilma Lino Gomes (2009) argumenta que, a partir da década de 1990, como resultado da pressão dos movimentos sociais de caráter identitário e os seus sujeitos sobre o campo da produção acadêmica, tais como negros, indígenas, mulheres, homossexuais etc. há uma mudança significativa no panorama acadêmico. A inserção de negros e negras na academia agora se dá não mais como

objetos de estudo, mas enquanto sujeitos que possuem e produzem conhecimento. São indivíduos que fazem parte da história das lutas sociais em prol do direito à educação e ao conhecimento, assim como da luta pela superação do racismo.

Pouco a pouco pesquisadores oriundos de diferentes grupos étnico-raciais, comprometidos com esses setores sociais, passam a se inserir de maneira mais significativa nas diferentes universidades públicas do país, gerando um tipo de produção acadêmica voltada a dar visibilidade às essas desigualdades sociais. Esses intelectuais visavam conscientizar o espaço da academia acerca não só das desigualdades sociais fora dela, mas apontar as hierarquias que se reproduziam dentro do próprio âmbito da academia. O intuito era evidenciar como o poder e a hierarquia se manifestava para além da realidade socioeconômica, mas também para o campo da cultura, das dimensões simbólicas, da discriminação, do preconceito, da desigualdade racial, de gênero e de orientação sexual na vida desses sujeitos sociais. O desafio estaria no fato de que, não havendo como hierarquizar desigualdades, todas as formas da mesma deveriam ser superadas. Há uma alteração na produção acadêmica aqui no sentido de que os intelectuais negros passam eles mesmos a atuar na produção do conhecimento, ao invés do intelectual branco comprometido (ou não) com a luta anti-racista, temos olhar crítico e analítico do próprio negro como pesquisador da temática racial. Obviamente essa mudança traz tensões, ao passo que enriquece e problematiza as análises que foram construídas sobre o negro e as relações raciais no Brasil. Temos aqui também novos elementos de análise, bem como novas disputas nos espaços de poder acadêmico. À medida que produzem conhecimento, se inserem politicamente na luta contra o racismo, desafiando o Estado a implementarem políticas afirmativas.

É preciso destacar aqui a importância da mudança nesse quadro, tendo em vista que foi no contexto científico do final do século XIX e início do século XX que os ditos ‘homens de ciência’ ajudaram a produzir as pseudo-teorias raciais que, naquele momento, atestavam a existência de uma suposta inferioridade e superioridade racial. A ciência serviu, naquele momento, como um instrumento de dominação, discriminação e racismo e a universidade foi o principal espaço de divulgação dessas idéias e práticas, idéias que transpuseram os muros da academia e se disseminaram na sociedade com um todo. Ao longo dos anos essas teorias foram postas por terra, mas as suas consequências se estendem até os dias atuais.

Os estudos sobre as teorias raciais, na atualidade, são mais que meros temas de pesquisa, mas se apresenta também como uma questão social e política que requer, por parte da universidade, a produção de novos conhecimentos e por parte do Estado novas formas de intervenção na luta contra o racismo. Essa produção tem como objetivo a emancipação social e a contestação de análises científicas pautadas no mito da democracia racial. É uma tentativa de romper com estruturas de opressão, construindo assim novas categorias analíticas. Ainda assim é preciso compreender que se inserir nesse o universo acadêmico é se deparar com formas de conhecimento hegemônicas e não hegemônicas, legitimadas e não legitimadas, que têm a ver com poder, classe, raça, gênero e racismo, já que o espaço acadêmico é marcado por relações de poder, e é também um espaço de expressão da branquitude. Segundo o argumento de Nilma Lino Gomes (2009), a academia pode ser definida como um espaço privilegiado de produção do saber científico sob a égide da racionalidade ocidental moderna. Um grande desafio para os intelectuais negros é que, além de pesquisar e realizar as ações concernentes de quem atua no campo científico, tem que continuar tensionando a própria universidade e ocupando espaços políticos na tentativa de conseguir algum nível de flexibilização.

A implícita relação entre racismo e capitalismo

Em tempos atuais o Capitalismo se baseia na competição social em busca de privilégios, status, poder e ascensão social, o que acaba por reforçar e perpetuar as diferenças sociais. É nesse sentido que o racismo ganha força no capitalismo. Talvez por isso o racismo esteja ainda tão presente em nossa sociedade, mesmo após séculos de ter-se findado o regime escravista no Brasil. Esse quadro tem suscitado diversas discussões acerca da necessidade de mudança dessa realidade excludente, essas discussões ocorrem principalmente no interior do movimento negro e se expande para a academia e, por conseguinte, às instituições políticas. Uma das propostas mais discutidas por essas instituições é a que visa o estabelecimento de políticas públicas de inclusão dos negros nas várias instituições públicas e privadas, através da reserva do mecanismo de cotas para essas populações, que sofrem com um processo histórico excludente, que os põe à margem da sociedade.

Infelizmente ainda existe uma grande distância entre negros e brancos no que tange à sua participação em diversos setores, tais como os setores trabalhista e educacional. O acesso à alimentação, saúde, educação, moradia, segurança e lazer também são bem limitados, de uma forma geral. O desconhecimento acerca dos motivos

que explicam esses fatores contribui enormemente para a reprodução e conservação do preconceito racial. As oportunidades de trabalho e estudos, e conseqüentemente, de ascensão social não são as mesmas para negros e brancos. Estamos em uma sociedade sócio e racialmente desigual, cujo padrão cultural hegemônico é pautado em valores que são determinados por uma cultura branco-européia e tudo o que se afasta desse padrão é visto como inferior. Como já vimos, a abolição da escravidão no Brasil não gerou políticas públicas de inclusão do negro nessa sociedade de mercado, ocasionando a total marginalização da população negra. É na tentativa de minimamente sanar esses danos que se levanta a discussão sobre as cotas para a população negra nas universidades públicas. Essa proposta tem sido palco de discussão entre intelectuais de instituições de ensino superior, que buscam compreender a realidade da população negra enquanto classe social inserida dentro desse sistema capitalista. Para esses intelectuais, as pessoas, de um modo geral, se identificam através de identidades particulares como é o caso dos negros, das mulheres, dos gays, lésbicas, que não são definidas dentro de uma lógica exclusivamente econômica.

Com base na crença que o sistema capitalista não é passível de ser superado, entende-se que o máximo que se pode fazer é providenciar reformas estatais que ocorram de forma gradativa, é aqui que entram as políticas de cotas. As cotas entram como parte de um conjunto de ações afirmativas, cuja finalidade é promover, através das novas oportunidades educacionais uma melhor inserção no mercado de trabalho, tendo em vista que essas pessoas têm sido vítimas de desigualdades provenientes de um processo histórico de exclusão de oportunidades. Com base nisso, o Brasil adotou o sistema de cotas para os negros nas universidades públicas. A adoção de cotas raciais nas universidades públicas seria então uma forma de tentar reverter esse quadro de exclusão social em que se encontra a maior parcela da população negra brasileira, criando assim condições que viabilizem o acesso à universidade, e como resultado disso, a inclusão dos negros no mercado de trabalho, no mercado de consumo e inclusive uma participação igualitária na cidadania.

Os defensores dessas políticas de ações afirmativas argumentam que as cotas viabilizam uma verdadeira democracia no país, já que proporcionaria uma maior participação social dessa população que se encontra à margem da sociedade. O problema aqui está na simplificação do problema, já que toda a questão social estaria reduzida à inclusão dessa parcela da população a um modelo de sociedade capitalista,

excludente e binário. Esse sistema de políticas afirmativas não questiona de forma profunda esse modo capitalista de sociedade, suprimindo assim os reais mecanismos e relações de poder que reproduzem o racismo no mundo capitalista contemporâneo. Ocultar esses mecanismos inviabiliza a luta contra as reais condições geradoras das desigualdades raciais, a saber, o capitalismo.

A opção descolonial

Para Ramón Grosfoguel (2007), o racismo epistêmico, é um dos tipos de racismos mais invisibilizados nesse sistema capitalista e eurocêntrico. O racismo epistemológico privilegia políticas identitárias dos brancos ocidentais, deste modo, a tradição de pensamento e pensadores dos homens ocidentais é considerada como a única legítima para a produção de conhecimentos e como a única com capacidade de acesso à universidade e à “verdade”. O racismo epistêmico considera os conhecimentos não-ocidentais como inferiores aos conhecimentos ocidentais. Ele afirma que seria muito diferente se os programas de estudos étnicos se abrissem à transmodernidade, ou seja, à diversidade epistêmica do mundo, propondo-se pensar a partir “do outro” cuja identidade foi subalternizada e inferiorizada pela modernidade eurocentrada, possibilitando assim definir suas perguntas, seus problemas e seus dilemas intelectuais com os próprios grupos discriminados. Haveria então uma metodologia descolonial, bem diferente da metodologia das ciências sociais e das humanidades que vigoram na atualidade. Os estudos étnicos “descoloniais transmodernos” em muito contribuiriam para ao saber acadêmico, bem como com a descolonização dos grupos oprimidos e explorados pelo racismo.

De acordo com Mignolo (2008), a opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento. Porém, isso não implica no abandono ou ignorância do que já foi institucionalizado por todo o planeta. Ele explica que sua pretensão é substituir a geo política de Estado de conhecimento de seu fundamento na história imperial do Ocidente dos últimos cinco séculos, pela geo-política e a política de Estado de pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, subjetividades, etc., que foram racializadas ou que tiveram sua humanidade negada.

As opções descoloniais e o pensamento descolonial têm então uma genealogia de pensamento que não é fundamentada no grego e no latim, mas no quechua e no aymara, nos nahuatl e tojolabal, nas línguas dos povos africanos escravizados que foram agrupadas na língua imperial da região

(cfr. espanhol, português, francês, inglês, holandês), e que reemergiram no pensamento e no fazer descolonial verdadeiro: Candomblés, Santería, Vudú, Rastafarianismo, Capoeira, etc. Após o fim do século XVIII, as opções descoloniais se estenderam para vários locais na Ásia (do Sul, do Leste e Central) até a Inglaterra e a França, principalmente, e assumiram a liderança da Espanha e de Portugal dos séculos XVI ao XVIII. (Mignolo, 2008, p. 292).

A matriz racial de poder considera como subdesenvolvido todas as religiões ou matrizes de conhecimento que não seja ocidentalizada. As opções descoloniais mostram que o caminho para o futuro não pode ser construído das ruínas e memórias da civilização ocidental e de seus aliados internos.

Uma civilização que comemora e preza a vida ao invés de tornar certas vidas dispensáveis para acumular riqueza e acumular morte, dificilmente pode ser construída a partir das ruínas da civilização ocidental, mesmo com a opção descolonial concede à concepção da reprodução da vida que vem de *damnés*, na terminologia de Frantz Fanon, ou seja, da perspectiva da maioria das pessoas do planeta cujas vidas foram declaradas dispensáveis, cuja dignidade foi humilhada, cujos corpos foram usados como força de trabalho: reprodução de vida aqui é um conceito que emerge dos afros escravizados e dos indígenas na formação de uma economia capitalista, e que se estende à reprodução da morte através da expansão imperial do ocidente e do crescimento da economia capitalista. (Mignolo, 2008, p. 292).

Uma economia cujo objetivo é a reprodução da vida e o bem-estar de muitos. Uma política de representação na qual o poder está na comunidade e não no Estado nem em qualquer outra instituição administrativa de igual poder. O pensamento descolonial seria então o meio para a pluriversalidade enquanto projeto universal. De acordo com Mignolo, Descolonial implica pensar a partir das línguas e das categorias de pensamento não incluídas nos fundamentos dos pensamentos ocidentais. Aqui, as políticas de identidade consideram que as identidades essenciais entre as comunidades marginalizadas (por razões raciais, de gênero e sexuais) são as que merecem reconhecimento. Identidade em política, ao contrário, desliga-se das instituições e partidos políticos, diferentemente de como funcionado pela lógica da teoria política moderna/colonial e eurocentrada.

Descolonização, ou melhor, descolonialidade, significa desvelar a lógica da colonialidade e da reprodução da matriz colonial do poder, como no caso do capitalismo, bem como desconectar-se dos efeitos totalitários das subjetividades e categorias de pensamento ocidentais. No modelo descolonial muitos mundos podem co-existir, sem serem dominados em nome de uma simplicidade e de uma reprodução de oposições binárias. No sistema comunitário, o poder não está localizado no Estado ou no proprietário individual, mas sim na própria comunidade. Como aponta Mignolo, a

opção descolonial requer ser epistemicamente desobediente. O sistema capitalista baseia-se na competição e na meritocracia, os indivíduos buscam constantemente status, poder e ascensão social. E é nesse sentido que o racismo ganha forças no capitalismo. As ações afirmativas tentam construir uma sociedade igualitária através de concessões realizadas pelo Estado, mantendo assim o domínio sobre as políticas direcionadas a essas populações e reproduzindo o modelo capitalista no qual uma classe tem domínio sobre a outra. O que não implica dizer que os objetivos dos movimentos sociais não sejam de emancipação e que esses mesmos objetivos não alcancem resultados positivos, mas tais objetivos deveriam estar muito mais voltados a um projeto socialista de combate ao capitalismo - já que este é o principal responsável pelo surgimento e manutenção do racismo - e não numa ótica de submissão, impossibilitando a superação do mesmo.

Considerações Finais

Não podemos negar o quanto a política de cotas tem sido necessária dentro do nosso processo histórico. Não há como reivindicar equidade com a população negra que não esteja incluída no ensino superior e nos demais setores públicos, ou em qualquer outra esfera da nossa sociedade. Mas é preciso ir além, questionar que tipo de universidade nós estamos construindo. Se esse modelo educacional que aí está posto realmente minimiza as desigualdades as quais estamos debatendo. A universidade pública é constituída dentro desse sistema eurocêntrico e elitista, o focando estaria então na ascensão do indivíduo e não na transformação da sociedade e ou desses grupos sociais como um todo. Por trás de tudo isso existe um projeto político governamental, que visa diminuir gastos. Criam-se cotas quando na verdade deveria se investir numa educação pública de qualidade, ou até mesmo aumentar os números de vagas nas universidades públicas.

O sistema de cotas não é suficiente para que a população negra consiga alcançar uma verdadeira “igualdade de oportunidades”, já que tais medidas visam apenas se inserir na lógica mercadológica e de consumo desse sistema capitalista, sem questionar a forma pelas quais todos os trabalhadores são explorados por esse sistema.

Imagino que a emancipação da população negra só ocorrerá efetivamente quando os seus interesses pelo fim da desigualdade racial gerada e perpetuada pelo racismo, forem aliadas a outros interesses mais abrangentes como a luta contra a opressão de uma classe sobre a outra, algo tão presente nesse sistema capitalista. O

racismo surgiu no seio capitalismo, portanto é preciso superar o capitalismo para que seja possível erradicar o racismo. O capitalismo sobrevive facilmente às lutas fragmentadas e isoladas, como ocorre nos novos movimentos sociais, tendo em vista que esses movimentos não lutam pela superação do capitalismo. O que nos permite compreender que, de certo modo, estes movimentos renderam-se ao capitalismo, já que se acredita que o mesmo não pode ser superado. Tais movimentos não enxergam muitas formas de reparar esses danos, a não ser de forma gradativa, como no caso da adoção do sistema de cotas. A política de cotas não possui nenhuma articulação com um projeto de transformação social, já que esta medida acaba por reproduzir um modelo de sociedade capitalista, racista, machista, eurocentrado. Tais medidas acabam por maquiar a realidade gerando uma imagem benéfica do Estado enquanto instituição neutra, que não visa o interesse de uma única classe social, já que representa e protege os setores mais prejudicados da população. Assim se se faz acreditar que o Estado não é um representante da burguesia, do capitalismo e de toda forma de exploração dos trabalhadores.

Referências

- ALONSO, Ângela. 2009. *As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate*. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86.
- AZEVEDO, Célia Maria de Marinho de. 2004. *Onda Negra Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. 2ª edição. São Paulo: Annablume.
- BALLESTRIN, Luciana. 2013. *América Latina e o giro decolonial*. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto, pp. 89-117.
- BARTH, Fredrik. 1988. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT & STERIFF-FENART. *Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Trad. De Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1976. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira.
- CUNHA, Manuela Carneiro Da. 1986. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense.
- DA MATTA, Roberto. 1993. *Digressão: A fábula das três raças, ou o problema de racismo à brasileira*. In: DA MATTA, Roberto. *Relativizando*. Rio de Janeiro: Rocco.
- GOMES, Nilma Lino. 2009. *Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina. P. 419-441.

GROSGOUEL, Ramon. 2007 *Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais*. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 59, n. 2.

LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência Epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. In: *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, p. 287-324, 2008.

SANSONE, Livio. 2000. *Os Objetos Da Identidade Negra: Consumo, Mercantilização, Globalização E A Criação De Culturas Negras No Brasil*. *Mana*, v. 6, n. 1, p. 87-119.